

O desafio da democratização da leitura

Professora Neide Mendonça
Departamento de Letras

Resumo

O artigo desenvolve a tese da democratização do acesso aos livros como fator de cidadania, na medida em que trata a leitura como instrumento em proveito da eficiência pedagógica em todas as áreas. Para o estudante universitário, a leitura não só ampliaria seu domínio técnico da língua, mas sobretudo o auxiliaria a articular melhor o pensamento, ampliando, em decorrência, seu nível de conhecimento considerado baixo.

Palavras-chave: ensino, português, leitura, conhecimento.

O ensino da Língua Portuguesa na universidade é reclamado como imprescindível não apenas por professores dos cursos de Letras, Pedagogia, Jornalismo, Direito, Relações Públicas, cujos futuros profissionais usarão a língua como instrumento de trabalho, mas também por professores de outras áreas do conhecimento, que descobrem a incompetência de seus alunos para a compreensão de textos didáticos das diferentes disciplinas estudadas.

Muitos desses profissionais não se dão conta de que, para existir essa compreensão, o hábito de leitura é indispensável. Assim, a adoção de políticas públicas e a elaboração de projetos educacionais que incentivem e promovam seu alcance para todos os cidadãos devem ser encaradas como direitos democráticos.

A prática da leitura, inicialmente individual, devido à escolarização de grandes contingentes populacionais, passou a ser atividade pedagógica, envolvendo profissionais da leitura: professores,

bibliotecários, que funcionam como intermediários entre o leitor e o significado do texto.

Se a literatura é, na maioria das vezes, leitura privilegiada através da qual a liberdade e o prazer são ilimitados, existem outras modalidades de leitura que fogem à gratuidade do ato. Elas são necessárias como atuação social: para o leitor ter acesso aos textos didáticos usados na escola, informar-se do que se passa no mundo através dos noticiários nos jornais e revistas, assinar vários contratos que regem a vida entre os cidadãos (contratos de locação de imóveis, de trabalho, de cartões de crédito, de seguros de saúde etc.). Enfim esse tipo de leitura torna-se indispensável para fazer “andar” os circuitos da sociedade moderna, que tem, na escrita, seu código oficial. A competência em realizá-lo com eficácia é necessidade imprescindível para o indivíduo participar do capital cultural de uma sociedade e tornar-se plenamente cidadão.

Mas, se vivemos em uma sociedade desigual, do ponto de vista da divisão de bens, de rendas e de lucros, não é de estranhar que o acesso à leitura seja também desigual em suas oportunidades, fazendo com que os bens culturais tenham uma partilha desigual. Assim, a possibilidade de aquisição da habilidade e o acesso a uma das vias que conduzem à democracia – o direito à leitura – não estão ao alcance de todos, nem mesmo dos que foram alfabetizados.

Durante o período de escolarização, seja ele de qualquer nível, como fazer o aluno estudar se ele não é capaz de entender os textos que veiculam o saber procurado? Como fazê-lo obter uma boa nota em Sociologia, por exemplo, se o que foi lido e, às vezes, decorado, não foi “processado”, não foi entendido?

Quando o aluno chega à universidade, já possui onze anos de estudos de Língua Portuguesa. Ele fala e usa a linguagem oral razoavelmente bem.

O que lhe falta? Conhecimentos da teoria gramatical? Certamente não, pois acaba de passar pelos cursos preparatórios para o vestibular, onde a abordagem gramatical do texto desce às minúcias.

Incluimos, nessa preparação, os estudos de língua materna feitos durante o 2º Grau, que deixou de se preocupar com a formação humanística do aluno, com o alargamento de seus conhecimentos de mundo, para tornar-se uma seqüência de apreensão de “dicas” e “macetes” sobre o concurso vestibular.

O aluno brasileiro, de uma maneira geral, jamais foi orientado para ler de uma maneira proveitosa, nunca foi ensinado a estudar através de textos. Quando, durante uma avaliação, recebe uma prova com as questões que devem ser respondidas, “perde-se” em meio a elas e não sabe o que se deseja delas. Só consegue entender o que lhe é solicitado no momento em que o professor faz, para ele, a “tradução” do que está escrito. Se não é capaz de entender o que está escrito, como responder a questões que exigem raciocínio, como juntar duas idéias para chegar a uma terceira?

Diante disso, o professor de Língua Portuguesa fica em situação desconfortável frente a seus colegas das demais áreas do conhecimento, pois é “cobrado” constantemente por essa incompetência do alunado. (É bem verdade que alguns alunos de Engenharia não dominam as operações com frações e não sabem fazer porcentagem. E os professores de Matemática não são responsabilizados por isso. E nem deveriam ser.)

Qual a causa inicial dessa deficiência de compreensão textual?

A ausência de leitura que, por sua vez, é decorrente de uma série de fatores, entre os quais se sobressai a inexistência de uma política educacional que se preocupe em democratizar a leitura. No Brasil, não há interesse governamental de fazer o livro chegar às classes menos favorecidas. Alguns obstáculos sempre se interpuseram a isso.

Primeiramente, a pobreza em que vive a maioria dos brasileiros. Como fazer alguém ler se toda a sua energia está direcionada para conseguir meios de sobreviver? Nessas condições, o consumo de bens culturais torna-se luxo.

Além disso, o livro é um produto muito caro para o salário dos menos aquinhoados, e mesmo para os que fazem parte da classe média. O nosso parque editorial, apesar de ter crescido bastante nos últimos anos, sofre pela voracidade de lucro das editoras e pelas tiragens sempre limitadas por falta de comprador. Caímos num círculo vicioso: as tiragens são inexpressivas, porque faltam leitores; faltam leitores, porque o livro é caro. Se acrescentarmos a isso o baixo poder aquisitivo da maioria da população brasileira, compreenderemos a razão de a leitura jamais ter-se tornado um hábito salutar em nosso país.

Outro fator que conspira contra o hábito de ler é o fato de não termos uma tradição de leitura. Sem poder comprar livros, revistas e jornais, as classes trabalhadoras que, bem ou mal, se alfabetizaram, teriam necessidade de contar com as bibliotecas públicas ou outros espaços onde pudessem exercer gratuitamente o prazer ou a necessidade da leitura.

Ora, mesmo as escolas, quando possuem bibliotecas, têm um acervo pobre em quantidade e qualidade. As melhores bibliotecas, pela quantidade de livros e pela qualidade do que está catalogado, estão afastadas dos que mais precisam delas: os moradores das periferias das grandes cidades e das zonas rurais. Para eles, a leitura habitual fica fora de qualquer possibilidade real.

Devemos acrescentar a esses obstáculos à aquisição do hábito da leitura o fato de o aluno brasileiro nunca ser ensinado a estudar, a pesquisar em livros, jornais e revistas. Até mesmo a Internet, **que o aluno das classes média e alta utilizam com freqüência, quando o fazem, limitam-se a copiar o que lêem, sem nenhum critério de escolha, demonstrando incapacidade crítica e acomodação.**

Quais as atitudes do professor para evitar o problema? Ensinar o aluno a estudar, ou seja, a caminhar com suas pernas. É preciso aprender a fazer a leitura inicial ou de “varredura” para se situar no todo do texto; em seguida, dar os passos que o façam progredir na leitura, verificando a tipologia e a modalidade do texto, para que ele foi



escrito e a quem está dirigido; situar o texto dentro de um contexto histórico e cultural; fazê-lo passar pelo crivo de sua crítica. Se o texto satisfaz às necessidades do que procura, é preciso estabelecer relações entre o que o texto oferece e o que ele deve estudar, a fim de que seja capaz de selecionar o que lhe convém.

Para isso, o professor deve levar em conta o nível de complexidade do texto que vai colocar nas mãos do aluno. Como sabemos, a complexidade pode estar no nível do conteúdo e no nível formal ou da linguagem. Quanto ao conteúdo, se o aluno tem de assimilar o sentido de textos de uma área na qual é leigo, sua dificuldade será maior. Para entender qualquer texto, trazemos para o processo de compreensão nosso conhecimento de mundo, ou seja, o significado pessoal das várias leituras que foram feitas ao longo de nossa vida e o que aprendemos por outros caminhos serão somados ao texto ora lido, cujo sentido iremos construir no decorrer do processo dialético que se estabelece entre o leitor e o texto durante o ato de ler.

E o aluno universitário brasileiro, exatamente por falta de leitura, tem um conhecimento de mundo muito estreito. O que ele conhece lhe chega pela televisão: os assuntos carecem de aprofundamento, são “mastigados” para serem assimilados sem maior esforço e sofrem uma seleção rígida dos que têm poder nas emissoras. Essa escolha nem sempre é feita no sentido de atender aos interesses do telespectador.

Esse tipo de aquisição de conhecimentos embota sua capacidade de fazer associações com outros assuntos e curiosidade em ir adiante, em saber mais. Afinal, o que se pode desejar saber quando se está colocado diante de programas que embrutecem a capacidade de raciocínio?

A complexidade formal ou lingüística pode, também, ser impeditiva da compreensão textual. Ela acontece pela escolha de um vocabulário cujas palavras não façam parte da abrangência de conhecimento vocabular do leitor ou pela escolha de estruturas frasais que tragam dificuldades de compreensão, como parágrafos e períodos

excessivamente longos, intercalações que deixem muito afastados termos que devem estar contíguos, abuso da ordem inversa do período.

Mesmo textos de reportagens, que, por sua tipologia - texto jornalístico- deveriam procurar a clareza, podem trazer dificuldades de compreensão para alunos universitários. Vamos concretizar o que afirmamos com um exemplo extraído de nossa experiência em sala de aula.

Utilizamos, para trabalhar problemas redacionais encontrados em textos jornalísticos, o final de uma reportagem da revista *Isto É* (12/5/99, p. 40), que fala de Mallory, o inglês apontado como o primeiro alpinista a escalar o Everest: “ Em sua cidade natal, a quieta vila de Cheshire no interior da Inglaterra, ele é homenageado há 75 anos por um vitral secular na igreja local. Nas janelas de vidros coloridos sua imagem com o Everest ao fundo está ao lado do rei Arthur, São George e sir Galahad, símbolos britânicos da qualidade heróica que Mallory sempre se inspirou.”

Para surpresa nossa, os alunos tiveram dificuldade de entender o texto e, sem entendê-lo, tornou-se difícil de fazer as correções redacionais pedidas.

O que lhes causou problema? O desconhecimento de quem eram o rei Arthur e sir Galahad, jamais tendo lido algo sobre “Os cavaleiros da Távola Redonda” ou “A procura do Santo Graal”. Nunca tinham ouvido ou lido algo sobre São George, mártir do século IV e patrono da Inglaterra, o que era esperado. A maioria não sabia, também, que o pico do Everest é o mais alto do mundo, daí a importância em escalá-lo. Sem esses conhecimentos de mundo, como poderiam compreender a que “virtudes heróicas” o texto se refere?

Desconheciam o significado da palavra “vital”, explicada logo em seguida no texto. Se não conheciam a palavra, como saber que os vitrais representam “documentos” históricos e culturais importantes sobre a religião e a vida das pessoas que moravam, em determinada época, nos locais em que se encontram?

Quanto ao aspecto formal, não foram capazes de colocar as vírgulas de forma adequada, nem se deram conta de que havia uma incoerência: o texto dizia que o vitral tinha 75 anos e o qualificava de “secular”.

Como se todos os obstáculos à aquisição do hábito da leitura já citados não fossem suficientes, ainda nos defrontamos com um outro que, por sua abrangência e capacidade de sedução exercida, é quase intransponível: o poder da imagem.

Vivemos em uma época em que o visual superou o escrito. Desde a mais tenra idade, as crianças se vêem “mergulhadas” em um ambiente onde os textos icônicos (comunicações através de imagens) constituem maioria.

As histórias infantis tradicionais, que, antes, eram contadas a partir de imagens de um livro e que, mais tarde, eram lidas com prazer e enriquecidas pela criatividade infantil, hoje, chegam às crianças através do cinema ou do vídeo, com figuras dotadas de cor, som e movimento. Como não se deixar fascinar por esses personagens que só faltam dialogar com quem a eles assiste?

Este talvez seja o maior de todos os desafios que a escola de hoje deve enfrentar: tornar o texto escrito tão interessante quanto o texto audiovisual.

Empobrecendo o potencial fabulador, imaginativo da criança, o audiovisual começa, desde muito cedo, a “encurtar” a capacidade de o aluno entender textos escritos, que não terão, na maioria das vezes, imagens que concretizem seu conteúdo, exigindo do leitor a criação de “imagens mentais” das idéias expostas.

Observamos que nossas crianças acumulam, desde muito novas, uma grande quantidade de informação, o que nos encanta pela precocidade. Mas observamos, também, que elas não sabem o que fazer com as informações adquiridas, quais os “links” (palavra tão conhecida por nossos jovens internautas) que poderiam estabelecer com elas para expandir seu conhecimento. Onde “ancorar” o cabedal de informações obtidas, que permanecem inusitadas no baú da chamada cultura inútil?

Parece-nos, portanto, que é dever do professor de todas as áreas do conhecimento trazer para a sala de aula não só a leitura de fruição estética mas também a pragmática, a dos textos utilitários, promovendo o alargamento dos conhecimentos do aluno. É preciso que o estudante reconheça nela uma necessidade fundamental para a aquisição de qualquer tipo de conhecimento.

Ler é fundamental e qualquer projeto pedagógico que se queira democrático e tenha como objetivo a qualidade didática deve transformar em consumo, para todas as classes sociais, o ato de ler, os rituais de leitura e o acesso a ela.

Sem conseguirmos isso, a qualidade do ensino estará sempre muito aquém das reais necessidades de qualquer educando.

BIBLIOGRAFIA

LAJOLO, Marisa. *Do mundo da leitura para a leitura do mundo*. São Paulo: Ática, 1993.

ORLANDI et al. *Leitura. Perspectivas interdisciplinares*. São Paulo: Ática, 1991.

